

## PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2015, do Senador Wilder Moraes, que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais e de reúso de águas residuais em edificações executadas com recursos da União.*



SF/15420.60450-71

RELATOR: Senador **BLAIRO MAGGI**

### I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 24, de 2015, de autoria do Senador Wilder Moraes.

O *caput* do art. 1º da proposição determina que as edificações de uso administrativo, industrial ou comercial, públicas ou privadas, a serem executadas com recursos da União ou das agências federais de crédito ou fomento, próprios ou por elas geridos, deverão conter sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais, bem como de reúso de águas residuais. O parágrafo único estabelece que essas exigências somente poderão ser dispensadas nos casos de inviabilidade técnica ou de excessiva onerosidade econômica, atestadas em laudo elaborado por profissional habilitado.

O art. 2º do PLS nº 24, de 2015, dispõe que o agente público que deixar de cumprir ou de impor as obrigações fixadas na lei incorre no crime ambiental de que trata o art. 68 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

O art. 3º do PLS nº 24, de 2015, determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

## II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à conservação e gerenciamento dos recursos hídricos.

Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa e exclusiva, cabe a este colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLS nº 24, de 2015, está de acordo com o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, por tratar de tema de competência legislativa privativa da União. Desse modo, incumbe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Carta Magna. Ademais, não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. A iniciativa também atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade.

Com relação ao mérito, o autor da proposição informa que a escassez hídrica que ameaça o Brasil impõe uma atuação mais ostensiva do poder público no esforço de promover o uso sustentável da água. No presente caso, a proposição busca reduzir o consumo de água potável ao determinar que as edificações de uso administrativo, industrial ou comercial, públicas ou privadas, a serem executadas com recursos da União ou das agências federais de crédito ou fomento, próprios ou por elas geridos, devem conter sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais e de reúso de águas residuais.

Cabe salientar que o PLS nº 24, de 2015, contém dispositivo que permite a dispensa dessas exigências nos casos de inviabilidade técnica ou de excessiva onerosidade econômica.

No entanto, acreditamos que as medidas adotadas pelo projeto impõem custos que podem prejudicar economicamente atividades industriais e comerciais privadas, pois a construção dos sistemas de coleta de água pluvial e de reúso de água oneram o valor das construções e aumentam a necessidade de capital a ser investido. Cabe ponderar que os recursos provenientes das agências federais de crédito ou fomento devem ser pagos posteriormente. Portanto,

competete limitar as ações estabelecidas pela proposição apenas para as edificações públicas de uso administrativo.

Além disso, o reúso de água seria menos viável do que o aproveitamento de águas pluviais. Em regra, sistemas de reúso captam as “águas cinzas”, provenientes de chuveiros, máquinas de lavar roupas e de pias, e descartam as “águas negras”, originárias de bacias sanitárias e mictórios, com altas concentrações de coliformes e, na maioria dos casos, inservíveis ao reúso. A rigor, edificações comerciais (no caso, as públicas) geram pouco ou nada de águas cinzas de chuveiros e de máquinas de lavar roupas, sendo essas duas as principais fontes da água de reúso. Cabe frisar que o volume de água consumido nas pias de banheiros e copas é muito inferior ao consumido por descargas de bacias sanitárias, em edifícios comerciais. Portanto, em princípio, espera-se que o aproveitamento de água de chuva, a depender das condições climáticas do local, ofereça mais água às edificações.

Finalmente, torna-se necessário estender o período do *vacatio legis*, pois a aplicação imediata das medidas preconizadas no projeto gerariam atraso das obras em execução. Desse modo, para assegurar que nenhuma obra em execução seja afetada, modificamos o prazo de vigência para após dois anos da publicação da Lei que derivar do projeto.

Por isso, opinamos pela aprovação do PLS com três emendas, sendo que duas restringem a sua aplicação somente a edificações administrativas públicas, bem como a alteração da proposição para apenas o aproveitamento de água de chuva, e a terceira estende o *vacatio legis* para dois anos.

### III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2015, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº – CMA

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2015, a seguinte redação:

Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de água de chuva em edificações administrativas públicas construídas com recursos da União.

**EMENDA Nº – CMA**

Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 1º** As edificações públicas de uso administrativo a serem construídas com recursos da União ou das agências federais de crédito ou fomento, próprios ou por elas geridos, conterão sistemas de coleta, armazenagem e uso de água de chuva.”

**EMENDA Nº – CMA**

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor após decorridos dois anos de sua publicação oficial.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/15420.60450-71